



TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E A EMPRESA BOEING EVENTOS LTDA.

A União Federal, por intermédio do **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", Edifício Sede, em Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0011 - 05, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pela Senhora **MARIA APARECIDA FABRI PESSANHA**, Coordenadora-Geral de Logística e Serviços Gerais, com competência que lhe foi delegada pela Portaria SPOA/N.º 30, de 30 de abril de 2012 e a empresa **BOEING EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.506.241/0001-56, estabelecida na Rua Macaúba, Lote 05, Sala 105, Águas Claras, Brasília-DF, CEP 71928-180, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado pelo senhor **RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES**, portador da CI nº 2.189.082 SSP/DF e CPF nº 001.400.501-83, com poderes para representar a **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força deste Instrumento, o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U., de 18 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U., de 09 de agosto de 2000 e, subsidiariamente ao Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, publicado no D.O.U., de 01 de junho de 2005 que regulamenta a modalidade **PREGÃO nº 08/2015**, e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, publicada no D.O.U., de 22 de junho de 1993, e alterações, e no que consta do Processo nº 21000.000468/2015-69, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização de eventos, visando todas as atividades de operacionalização, execução e acompanhamento, que poderão ser realizados na cidade de Brasília/DF e em outros estados, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 1.2 A prestação dos serviços se dará com fiel observância às especificações e prazos estipulados neste Contrato;
- 1.3 Os serviços serão prestados com observância dos locais designados, qualificação da mão-de-obra, equipamentos, máquinas, acessórios, prazos de entrega e, tudo mais que for necessário, conforme exigências contidas no presente Contrato, para a completa



prestação do objeto;

- 1.4 Não serão aceitas quaisquer alegações da **CONTRATADA** com referência a desconhecimento sobre as especificações do objeto deste Contrato ou de qualquer outra variação das condições, especificações e quais outras características do fornecimento do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- 2.1 O presente Contrato irá vigorar por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme preceitua o Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666 de 1993;
- 2.2 A prorrogação somente poderá ser efetuada mediante autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- 2.2.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.2 A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
 - 2.2.3 O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
 - 2.2.4 A **CONTRATADA** manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.3 A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;
- 2.4 A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1 Para execução dos serviços objeto do presente Contrato, o valor da contratação é **RS 1.780.000,00 (um milhão e setecentos e oitenta mil reais)**;
- 3.2 No preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos associados à execução dos serviços descritos neste Contrato, frete, seguro, impostos, bem como quaisquer outras despesas incidentes na execução deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Projeto Atividade:	22101.2012.5202.820ZX.0001
Plano Interno:	PROTCULTV
Elemento de Despesa:	339039.22
Nota de Empenho:	2015NE801172
Data da Nota de Empenho:	5 de agosto de 2015



- 4.2 Poderão ser incluídas novas dotações mediante a emissão de termo de apostilamento

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 Trata-se de prestação de serviços comuns;
- 5.2 A prestação dos serviços objeto deste Contrato obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O. de 18 de julho de 2002, e Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O. de 09 de agosto de 2000, que regulamenta a modalidade do Pregão e, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- 5.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- 5.4 Quanto à especificação dos serviços, segue planilha anexa;
- 5.5 Para a prestação dos serviços como locação de espaço físico, equipamentos, contratação de profissionais, hospedagem, alimentação, etc., serão previamente solicitadas, com o devido acompanhamento desse Órgão e suas Secretarias, Coordenações e Departamentos;
- 5.6 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- Os serviços serão executados mediante OS (Ordem de Serviço) emitida pela Assessoria de Eventos e Promoções Nacionais;
 - Após a execução de cada demanda, será emitido relatório por parte da empresa licitada;
 - A execução dos serviços contratados deverá ser comprovada também por meio de fotografias dos itens solicitados.

CLÁUSULA SEXTA – MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 6.1 A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, apresentar orçamento detalhado do serviço, após receber Ordem de Serviço emitida pela Assessoria de Eventos e Promoções Nacionais;
- 6.2 Os materiais designados para divulgação e sinalização deverão ser encaminhados para a Assessoria de Eventos e Promoções Nacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para serem aprovados e gerados em prova cromalin ou em outro material. Após o deferimento, deverão ser entregues no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, em horário e locais a serem previamente informados, incluindo montagem, manutenção e desmontagem;
- 6.3 Todos os produtos deverão ser submetidos à aprovação do Fiscal do Contrato, assinados



pelo representante legal da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 7.1 Após receber documento formal da área demandante, a AEPN enviará OS (Ordem de Serviço) à **CONTRATADA**, que enviará orçamento de acordo com os itens planilhados;
- 7.2 A **CONTRATADA** receberá o de acordo para executar os serviços, mediante aprovação formal da AEPN e de acordo com o aval da área demandante;
- 7.3 Para execução dos serviços no exercício do presente Contrato, estima-se que será realizado cerca de 50 (cinquenta) eventos/ano;
- 7.4 Os serviços serão agendados com antecedência da seguinte forma:
- Serviços que englobem secretariado e/ou digitação e copa, antecedência de 03 (três) dias corridos;
 - Serviços que necessitem apenas de secretariado e copa: antecedência de 12 (doze) horas corridas;
 - Para eventos maiores, tais como congressos, conferências e palestras, os serviços deverão ser solicitados com prazo mínimo de 10 (dez) dias corridos.
 - O **CONTRATANTE** deverá manter informada a empresa sobre o agendamento dos eventos com a maior antecedência possível;
 - Caso o evento venha a ser cancelado, a **CONTRATADA** deverá ser informada com a maior brevidade possível;
 - Caso o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 12 (doze) horas do seu início, o **CONTRATANTE** ressarcirá as despesas, desde que devidamente comprovadas.
- 7.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 7.6 A taxa de agenciamento devida à **CONTRATADA**, pela locação do espaço para cada evento corresponderá ao percentual máximo de 3% (três por cento), incidente sobre o valor da cotação de locação escolhida pelo **CONTRATANTE**, adicionando os tributos e retenções legais sobre a nota fiscal da **CONTRATADA**;
- 7.7 Além da locação de espaço, os serviços de liberação da documentação necessária à realização dos eventos, conforme o perfil do mesmo, tais como ECAD, SBAT, áreas públicas e liberação junto a prefeituras e hospedagem estão sujeitos à taxa de agenciamento no percentual máximo de 3% (três por cento), adicionando os tributos e retenções legais sobre a nota fiscal da **CONTRATADA**;

uf



7.8 DOS SERVIÇOS QUE INCIDEM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

7.8.1 Liberação de documentos por ocasião da realização dos eventos, como ECAD, SBAT, áreas públicas, liberação junto à prefeitura, dentre outros;

7.8.1.1 O valor para liberação de documentos não poderá exceder o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), constando esse valor no total do Contrato.

Considerações:

Para pagamento dos serviços acima que incidem taxa de administração, a empresa deverá apresentar nota fiscal no valor total, referenciando CNPJ do terceiro para retenções legais, inserindo taxa de administração ofertada e os impostos da **CONTRATADA**, com a respectiva nota fiscal anexa do fornecedor.

7.8.2 Locação de espaço físico:

7.8.2.1 O valor para locação de espaço não poderá exceder o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), constando esse valor no total do Contrato;

7.8.2.2 Considerações:

- A **CONTRATADA** deverá apresentar 03 (três) propostas de preços sempre que possível de local para realização do evento. A unidade demandante optará pela que melhor se encaixa ao perfil do evento solicitado respeitando os princípios que regem a Administração Pública. As propostas serão previamente vistoriadas pelo **CONTRATANTE**, sempre possível;
- Em havendo a impossibilidade de apresentação de 3 (três) propostas, a **CONTRATADA** deverá apresentar justificativa circunstanciada que comprove tal inviabilidade.

CLÁUSULA OITAVA – PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** mediante a apresentação das Notas Fiscais / Faturas, pelos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados pelo responsável da unidade recebedora do objeto (fiscal ou comissão de recebimento), por meio de Ordem Bancária, por meio do Banco do Brasil, Agência 2881-9 e Conta Corrente nº 459652-8.

8.2 A Nota Fiscal/fatura deverá obrigatoriamente ser atestada pelo fiscal especialmente designado.

8.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá vir acompanhada dos seguintes documentos: comprovantes, relatórios, ordens de serviços e outros congêneres. Deverá também ser acompanhada da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação



mencionada no art. 29 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda:

- 8.4 O pagamento será creditado pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito o qual ocorrerá até 30 (trinta) dias subsequentes ao recebimento da nota fiscal apresentada não havendo óbices que impliquem em atrasos ocasionados pela falta de comprovantes necessários.
- 8.5 No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive da Nota Fiscal, serão estes restituídos à **CONTRATADA** para as correções que se fizerem necessárias, não respondendo o **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 8.6 Na hipótese da ocorrência acima, o prazo para liquidação passará a contar a partir de sua correção.
- 8.7 Será procedida consulta "**ON LINE**" junto ao **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**, para verificação da situação da mesma, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.
- 8.8 A **CONTRATADA** deverá estar ciente que em caso de aplicação da sanção de multa, a mesma poderá ser recolhida por intermédio de Guia de Recolhimento da União – GRU, ou descontado de fatura ou crédito existente no **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA**.
- 8.9 Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 8.10 Eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

M = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 8.11 A **CONTRATANTE** disporá do prazo de 03 (três) dias para efetuar o atesto, ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento.



- 8.12 A **CONTRATANTE** disporá do prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, para ultimar o pagamento.
- 8.13 A **CONTRATANTE** não fará nenhum pagamento a **CONTRATADA** antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.
- 8.14 A descrição contida na Nota Fiscal/fatura deverá ser idêntica à do objeto a ser contratado, não sendo aceitas quaisquer variações em sua descrição.
- 8.15 O **CONTRATANTE** rejeitará todo ou em parte, qualquer serviço prestado ou material fornecido com imperfeições, ou que contenha especificação dessemelhante ao objeto.
- 8.16 O período de faturamento poderá ser idêntico ao mês, ou posterior, da prestação dos serviços.
- 8.17 Em nenhuma hipótese será efetuado o pagamento de Notas Fiscais/faturas com o número do CNPJ diferente do que foi apresentado na fase de licitação, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial, vice-versa ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 8.18 A **CONTRATADA** regularmente inscrita no Simples Nacional, nos termos da LC nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, a fim de evitar a retenção na fonte de tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

- 9.1 O valor do Contrato poderá ser reajustado, visando à adequação aos novos preços de mercado, dada a variação de custos durante a sua vigência, ou em decorrência de fatos previsíveis, porém, de naturezas incalculáveis;
- 9.2 A cada 12 (doze) meses de vigência do Contrato, o preço para os serviços poderá ser reajustado pelo acumulado dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) medido pela Fundação Getúlio Vargas, mediante apostilamento, conforme disposto no Art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, ou por índice que venha a substituí-lo;
- 9.3 Toda e qualquer alteração decorrente da revisão do Contrato será publicada na Imprensa Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 10.1 A garantia contratual irá corresponder a 5% do valor contratado. Neste caso o **CONTRATANTE** exigirá da **CONTRATADA** no ato da assinatura da **CONTRATADA**, a prestação de garantia contratual pela execução das obrigações assumidas, cabendo a mesma optar por uma das modalidades previstas em Lei: Caução em dinheiro ou título da dívida pública, fiança bancária e seguro-garantia);

10.1.1 Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais



- assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventuais aplicadas, a **CONTRATADA** apresentará garantia após a assinatura do Termo de Contrato em favor da **CONTRATANTE**, mediante a modalidade **SEGURO-GARANTIA** no valor **RS 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)** correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Termo de Contrato.
- 10.2 A exigência de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
- 10.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão **CONTRATANTE**, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a cinco por cento do valor total do Contrato;
- 10.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- 10.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.4.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 10.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- 10.4.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**.
- 10.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da subcláusula anterior;
- 10.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do **CONTRATANTE**;
- 10.7 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- 10.8 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 10.9 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.
- 10.10 A garantia será considerada extinta:
- 10.10.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a



CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e

- 10.10.2** Após o término da vigência do Contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- 10.11** A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após o término do Contrato, caso não haja pendências, observado o disposto no art. 56, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se for o caso.
- 10.12** Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** se obrigará a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a contar da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**.
- 10.13** Quando se tratar de caução em dinheiro, o adjudicatário fará o devido recolhimento em entidade bancária e conta indicada pela **CONTRATANTE**; em se tratando de fiança bancária, deverão constar do instrumento a renúncia expressa pelo fiador dos benefícios previstos nos arts. nºs. 827 e 836 do Código Civil.
- 10.14** Encerrada a vigência contratual, a empresa solicitará a devolução da garantia ao fiscal do contrato através de documento contendo o timbre da empresa e assinado pelo responsável.
- 10.15** O fiscal verificará possíveis débitos de execução ou de pagamentos. Caso não exista, encaminhará Nota Técnica ao Gestor solicitando a sua devolução.
- 10.16** O Gestor encaminhará à área responsável o pedido, bem como a Nota Técnica, solicitando providências quanto a devolução.
- 10.17** A área responsável irá elaborar ofício autorizando a **CONTRATADA** a retirar o valor, junto a instituição em que se encontra a garantia.
- 10.18** O **CONTRATANTE** não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- 10.18.1** Caso fortuito ou força maior;
 - 10.18.2** Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 - 10.18.3** Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
 - 10.18.4** Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 11.1** A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços caberá diretamente à Assessoria de Eventos e Promoções Nacionais (AEPN/GM) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que designará um servidor (Fiscal) a quem competirá verificar corretamente a prestação dos serviços;
- 11.2** O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou



- mais representantes da **CONTRATANTE**, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;
- 11.3 O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato;
- 11.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato;
- 11.5 A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso;
- 11.6 O fiscal ou gestor do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.7 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da **CONTRATADA** que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Contrato e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
- 11.8 O representante do **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.9 As providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes;
- 11.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.11 Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente;
- 11.12 A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, dentre outros;
- 11.13 A fiscalização poderá sustar, recusar, solicitar que seja refeito ou entregue qualquer item que não esteja de acordo com as condições, exigências e especificações estipuladas;
- 11.14 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;



- 11.15 O fiscal designado atestará as notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, referentes ao objeto, verificando para tanto, a regularidade da empresa junto ao SICAF, bem como toda a documentação de comprovação do fornecimento do objeto;
- 11.16 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 12.1 Cabe ao **CONTRATANTE** prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos eventos, que venham a ser solicitado pelo preposto da empresa;
- 12.2 Permitir o acesso dos empregados da empresa às dependências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para execução dos serviços referentes ao objeto do Contrato, quando se fizer necessário, desde que estejam identificados com o crachá da empresa;
- 12.3 Verificar a preparação dos ambientes e a disponibilização dos equipamentos 12 (doze) horas antes da data de realização do evento;
- 12.4 Solicitar, em tempo hábil, a substituição ou correção dos serviços ou equipamentos que não tenham sido considerados adequados;
- 12.5 Assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços;
- 12.6 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado pelas demais empresas do ramo, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 12.7 Fiscalizar o cumprimento das obrigações e acompanhar o andamento dos serviços da empresa;
- 12.8 Emitir, por intermédio da unidade solicitante do evento, pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços e à exigência de condições estabelecidas neste processo licitatório e nas cláusulas do Contrato;
- 12.9 Ceder à empresa, por ocasião do evento, se necessário, o espaço físico nas dependências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília-DF, onde serão instalados os funcionários e os seus equipamentos, para a prestação dos serviços;
- 12.10 Efetuar os pagamentos nas datas e prazos estipulados em Contrato;
- 12.11 Fiscalizar todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.12 A prestação dos serviços, bem como as obrigações da empresa **CONTRATADA** não reduzem, diminuem, eximem ou excluem as obrigações do **CONTRATANTE** perante o fornecimento do objeto;

ul



- 12.13 Para fornecimento do bem ou serviço, o **CONTRATANTE** se obriga a dar plenas condições a **CONTRATADA** para desempenhar ou desenvolver suas atividades, exclusivamente em decorrência do fornecimento do bem nas condições estipuladas;
- 12.14 O **CONTRATANTE** se obriga a efetuar os pagamentos resultantes da prestação do serviço, na forma definida na Cláusula específica para tal;
- 12.15 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.16 A **CONTRATANTE** se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários para a **CONTRATADA** cumprir com as suas obrigações;
- 12.17 Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 12.18 Registrar e oficializar as ocorrências de desempenho, execução, prestação ou fornecimento, sendo estes considerados insatisfatórios, irregulares, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados, durante o fornecimento do objeto, para as devidas providências pela **CONTRATADA**;
- 12.19 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras;
- 12.20 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.21 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;
- 12.22 Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 12.23 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 12.24 Não permitir que os empregados da **CONTRATADA** realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício



com o **CONTRATANTE**;

- 13.2 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**;
- 13.3 É proibida, por parte da empresa, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **CONTRATANTE**;
- 13.4 É proibida a veiculação de publicidade da empresa durante os eventos, salvo se houver prévia autorização da Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 13.5 A empresa deverá encaminhar em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis o orçamento prévio que atenda às especificações constantes neste Anexo, para apreciação da Assessoria de Eventos e Promoções Nacionais;
- 13.6 A Taxa de Administração será fixa no percentual de 3% (três por cento) da proposta escolhida pela Administração Pública, respeitados seus princípios norteadores, para locação de dependências para eventos, realizados fora das dependências do **CONTRATANTE**;
- 13.7 Providenciar a imediata troca de todo equipamento que vier a apresentar defeito durante a realização de qualquer evento;
- 13.8 Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do **CONTRATANTE**, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;
- 13.9 Manter, ainda, seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do **CONTRATANTE**;
- 13.10 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização dos serviços;
- 13.11 Comunicar ao Fiscal do Contrato do **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e mudança dos detalhes por parte do Ministério, durante a fase de planejamento do evento;
- 13.12 Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as exigências deste Edital, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, durante a vigência contratual;
- 13.13 Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as falhas eventuais, imediatamente após sua verificação;
- 13.14 Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo o local do evento sempre em perfeita ordem;
- 13.15 Caberá à empresa contratar os serviços eventuais de limpeza e segurança nas localidades descritas nas Planilhas em anexo;

Handwritten signature

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.



- 13.16 A empresa poderá subcontratar os serviços especificados no item 4, quando necessário, sendo obrigatório, sempre, a prévia e expressa anuência do Ministério;
- 13.17 A empresa deverá manter preposto responsável pela execução do contrato, aceito pela Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for preciso;
- 13.18 Todo o equipamento deverá ser entregue, instalado e testado na véspera (antecedência mínima de 12 horas antes do início do evento). A empresa deverá estar com os equipamentos em pleno funcionamento uma hora antes do início do evento. E deverão ser recolhidos ao final de cada evento, sem ônus adicional para a Administração;
- 13.19 A empresa poderá fazer uso dos equipamentos do **CONTRATANTE** com a devida autorização do Fiscal do Contrato;
- 13.20 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.21 A fiscalização, quando exercida por servidor designado para acompanhar a prestação dos serviços, não exime ou reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** perante as obrigações aqui estabelecidas.
- 13.22 Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, para comprovação sempre que necessário for, junto ao **CONTRATANTE**.
- 13.23 Não serão aceitos pela Administração quaisquer alegações por parte da empresa **CONTRATADA** quanto ao desconhecimento das condições descritas.
- 13.24 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 13.25 A **CONTRATADA** não poderá, em hipótese alguma, inserir posteriormente qualquer tipo de insumo, taxa, cobrança adicional ou qualquer outro congênere que não esteja inicialmente previsto no instrumento de convocação ou em sua proposta.
- 13.26 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 13.27 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o **CONTRATANTE** autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.28 Qualquer anormalidade na prestação dos serviços será de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**.
- 13.29 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



- 13.30 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.31 Apresentar ao **CONTRATANTE**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 13.32 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
- 13.33 Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 13.34 Atender as solicitações do **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Contrato;
- 13.35 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 13.36 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.37 Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.38 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.39 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.40 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.41 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições



do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1 A subcontratação depende de autorização prévia do **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.
- 15.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1 Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, erros de execução, demora na entrega dos materiais, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:
- I – advertência;
 - II – multa (na forma do item 16.7 e 16.8);
 - III – suspensão temporária do direito de participar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em licitação, e impedimento de contratar com o Órgão Sancionador.
 - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Órgão Sancionador enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
 - V - impedimento de licitar e contratar com o Órgão Sancionador com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados;
- 16.2 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou acumulativamente.
- 16.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a **CONTRATADA** que:

ufl



- 16.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.4 Caberá ainda ao fiscal, o papel de notificar a **CONTRATADA** quando da inexecução total ou parcial do objeto.
- 16.5 As sanções previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade podem ser aplicadas juntamente com as sanções de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 16.6 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 16.7 Segue abaixo quadro contendo os graus de correspondência nos casos de multa e advertência:

Item	Correspondência
1	Advertência por ocorrência
2	0,1% do valor mensal do contrato, por ocorrência e até o 30º dia
3	0,2% do valor mensal do contrato, por ocorrência e até o 30º dia
4	0,1% do valor do contrato, até o 30º dia
5	0,2% do valor do contrato, após o 31º dia, lícitado a 10% do valor total do contrato
6	5% do valor do contrato, por ocorrência, limitado a 10%
7	20% do valor do contrato, ensejando seu desfazimento

- 16.8 Abaixo consta a relação das inexecuções totais ou parciais:

Item	Descrição	Sanções aplicáveis por grau e por reincidência						
		1	2	3	4	5	6	7
1	Atrasar o fornecimento.	1 vez	-	-	1 vez até o 10º dia	-	-	1 vez a partir do 11º dia
2	Fornecer os bens em embalagens dessemelhantes as especificadas no edital, contrato ou pelo fabricante.	1 vez	-	1 vez	-	-	1 vez	1 vez
3	Entregar os bens fora do prazo estipulado.	2 vezes	-	-	1 vez até o 10º dia	-	-	1 vez a partir do 11º dia
4	Entregar os bens em locais	1 vez	-	1	-	1	-	1 vez



diferentes dos estipulados.									
5	Atrasar injustificadamente a entrega dos bens.	1 vez	-	1 vez	-	1 vez	-	1 vez	-
6	Entregar os bens em quantidades diferentes da estipulada no edital, contrato, ata ou nota de empenho.	1 vez	-	1 vez	-	-	1 vez	-	1 vez
7	Entregar os bens com defeitos, avarias ou qualquer outro dano por manipulação incorreta ou falta de zelo.	1 vez	-	-	-	-	1 vez	-	1 vez
8	Transportar os bens de forma inadequada.	1 vez	-	-	-	-	1 vez	-	1 vez
9	Não fornecer o objeto na forma estipulada no contrato.	3 vezes	-	-	1 vez	1 vez	-	-	1 vez

- 16.9 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- 16.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a **CONTRATADA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Contrato e demais cominações legais.
- 16.11 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 16.12 Aplicar-se-á advertência por faltas consideradas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
- 16.13 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.14 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.15 Caso o **CONTRATANTE** determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO

- 17.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 78, da Lei nº 8.666 de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



- 17.2 Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 17.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 17.4 A rescisão determinada por ato unilateral e escrita pela Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XI do Art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos Incisos II e IV do Art. 87, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas; nos casos previstos nos Incisos XII a XVII do Art. 78, será observado o disposto no § 2º do Art. 79.
- 17.5 Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá o **CONTRATANTE**, contratar os serviços das licitantes classificadas em colocação subsequente, observadas as disposições dos Incisos XI do Art. 24, da Lei nº 8.666/93 ou efetuar nova licitação.
- 17.6 O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 17.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 17.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 17.6.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

- 18.1 Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - VEDAÇÕES

- 19.1 É vedado à **CONTRATADA**:
- 19.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
 - 19.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ALTERAÇÕES

- 20.1 O compromisso firmado pode ser alterado nos casos previstos no Art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 20.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os



- acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato;
- 20.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO

- 21.1 O resumo deste Termo de Contrato será encaminhado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para publicação no Diário Oficial da União, consoante dispõe o Art. 61, Parágrafo Único da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FORO

- 22.1 As partes, de comum acordo, elegem o foro de Brasília/DF, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Brasília-DF, 6 de AGOSTO de 2015


MARIA APARECIDA FABRI PESSANHA
PELO CONTRATANTE


RODRIGO DE OLIVEIRA MORAES
PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS


A. Martins
Divisão de Contratos
G/SPOA/SE/MAPI


Renan Felipe Nascimento Leal
Agente Administrativo
DCONT/CAMP/CGSG



RETIFICAÇÃO

No extrato de Termo de Contrato nº 02.2015.017.0002, formalizado entre a INRAERO e a empresa VRG LINHAS AÉREAS S.A., publicado no D.O.U. nº 153, de 12/08/2015, Seção 3, página 3, dia 01/08/2015.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Concessão de Área N.º 02.2015.062.0014; Concedente: INRAERO; Dependência: Aeroporto Santos Dumont/RJ; CNPJ: 00.352.294/0062-32; Representante da Contratante: Wellington Grizzi Nunes - Gerente Comercial; Concessionário: PROAIR SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA; CNPJ: 69.270.833/0001-79; Representantes legais: Marina Flora Arakelian - Procuradora e Vera Lucia Borges Braga - Procuradora; Objeto: Acesso ao Pátio de Funcionários; Preço Fixo Mensal: R\$ 1.180,19; Vigência: 01/08/2015 a 30/04/2016; Data da Assinatura: 31/07/2015; Fundamento Legal: DL Nº 006/LCRJ/SBRJ/2015.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

IL Nº 015/LCPA/SBFL/2015. Objeto Resumido: Concessão de acesso às áreas restritas do Aeroporto Internacional de Florianópolis/Hercílio Luz, exclusivamente, para transbordo de cargas. Contratado: TAM LINHAS AÉREAS S/A, CNPJ/CPF 02.012.862/0001-60. Valor global: R\$ 60.000,00. Vigência: 24 meses. Ratificado em 11/08/2015 pelo Superintendente de Suporte Administrativo de Porto Alegre - Carlos Alberto da Silva Souza. Fundamento: art. 35 do RLCL. Informações: comprasp@infraero.gov.br ou (51) 3358-2127.

IL Nº 016/LCPA/SBFL/2015. Objeto Resumido: Concessão de acesso às áreas restritas do Aeroporto Internacional de Florianópolis/Hercílio Luz, exclusivamente, para realizar o serviço de comissária. Contratado: UNICATER ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ/CPF 04.491.145/0001-93. Valor global: R\$ 268.800,00. Vigência: 24 meses. Ratificado em 11/08/2015 pelo Superintendente de Suporte Administrativo de Porto Alegre - Carlos Alberto da Silva Souza. Fundamento: art. 35 do RLCL. Informações: comprasp@infraero.gov.br ou (51) 3358-2127.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA
E SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2015 - UASG 130005

Nº Processo: 21000000468201569. Nº Pregão: SISSP Nº 8/2015. Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: CULTURA, - PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 0750624/000156. Contratado: BOEING EVENTOS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização de eventos, visando todas as atividades de operacionalização, execução e acompanhamento, que poderão ser realizadas na cidade de Brasília/DF e em outros estados, para o Milizantes da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e demais cominações legais. Vigência: 06/08/2015 a 06/08/2016. Valor Total: R\$1.780.000,00. Fonte: 150013039 - 2015NE801172. Data de Assinatura: 06/08/2015.

(SICON - 12/08/2015) 130005-00001-2015NE800064

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 UASG 130005

Número do Contrato: 14/2013. Nº Processo: 21000009575201218. Nº Pregão: SISSP Nº 63/2012. Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: CULTURA, - PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 0058854/000182. Contratado: IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS TRANSPORTES LTDA. Objeto: Incluir previsão de materiais para a CEPALC, INMET e FAO, suprimir em aproximadamente 10,77% o valor inicial atualizado do contrato, reajustar o dante 10,77% o valor inicial atualizado do contrato, reajustar o valor do insumos em 7,13% e ainda repactuar os valores face a CCT valor das categorias. O novo valor contratual passará a ser de R\$ 4.371.183,62 (quatro milhões, trezentos e setenta e um mil, cento e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos) e retroativo de 01/01/2015 a 31/07/2015 no valor de R\$ 236.478,17. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e demais cominações legais. Data de Assinatura: 11/08/2015.

(SICON - 12/08/2015) 130005-00001-2015NE800064

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código: 00032015081300004

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 154, quinta-feira, 13 de agosto de 2015

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2015

A CEASAMINAS, comunica, por intermédio do seu Presidente abaixo assinado, que está promovendo licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, a ser realizada no dia 25/08/2015, às 09h30min, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de Grama Esmeralda, para atender as necessidades da CEASAMINAS, nos Entrepósitos de Contagem/MG, Uberlândia/MG, Governador Valadares/MG e Uberaba/MG. O Edital estará disponível no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br.

Contagem/MG, 11 de agosto de 2015.
GUSTAVO ALBERTO FRANÇA FONSECA
Diretor Presidente

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2015 UASG 130010

Nº Processo: 21808000041201575. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços, continuados, de administração, gerenciamento eletrônico em tempo real, e controle da frota de veículos oficiais da CEPLAC, em todo o território nacional, principalmente no Distrito Federal, e nos Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia, com fornecimento de combustíveis (Gasolina, Óleo Diesel comum e Etanol, através de sistema próprio ou contratado de gerenciamento on line, por meio de cartão eletrônico de abastecimento nos postos de combustíveis credenciados pela contratada, conforme condições contidas no Edital e anexos e, especificações e condições contidas no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 13/08/2015 de 08h30 às 11h30 e de 14h às 16h00. Endereço: Rua G, Sudoeste, Campus do Inmet Cruzeiro - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 13/08/2015 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/08/2015 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Através do presente processo licitatório, a Empresa vencedora deverá atender todos os veículos e Implementos Agrícolas que estão a serviço da CEPLAC em diversos municípios do país, os quais estão relacionados no Edital, porém a administração de todo o contrato ficará a cargo da CEPLAC/DIRET, localizada em Brasília/DF.

OSMARINA SCARABE ELIS CARDOSO
Pregoeira

(SIDE - 12/08/2015) 130010-00001-2015NE000082

SUPERINTENDÊNCIA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 4/2015 UASG 130126

Nº Processo: 21078000039201598. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de água mineral e vasilhames garrafas material plástico de 20 litros, para atender necessidades dos servidores das unidades da CEPLAC/SUEPA e SEPESE/ERJOH, no exercício de 2015, conforme especificações e quantidades constantes do termo de referência anexo I do edital Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 13/08/2015 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Rod. Augusto Montenegro, Km 07, Parque Verde BELEM - PA. Entrega das Propostas: a partir de 13/08/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/08/2015 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JAY WALLACE DA SILVA E MOTA
Ordenador de Despesas

(SIDE - 12/08/2015) 130126-00001-2015NE000003

COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social em seu Artigo 18, inciso XI, faz saber aos interessados que realizará-se a data de 28 de Agosto de 2015 às 15:00horas (horário de Brasília) na Rua dos Goitacazes, nº 15, 09º Andar, Bairro Centro - Belo Horizonte/MG, a Assembleia Geral Ordinária da CASEMG, a fim de deliberar sobre a eleição de membro representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para o conselho fiscal da CASEMG. Belo Horizonte, 10 de Agosto de 2015.

Em 10 de agosto de 2015
ARNO JERKE JUNIOR
Presidente do Conselho de Administração

COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÊNS GERAIS DE SÃO PAULO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Segundo Termo Aditivo nº 053/13-1658-1507-02-030-12-1 ao Contrato nº 053/13-1658-1307-02-030-12-1. Processo nº 053/13. Objeto: Contratação de serviços de suporte e atualização de versão, corretiva e evolutiva, para solução de e-mail e colaboração. Segundo Termo Aditivo nº 053/13-1658-1507-02-030-12-1. a prorrogação do período de vigência contratual e os valores mensal e DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA. CNPJ nº 01.427.728/0001-67. Valor total global de R\$ 27.690,00 (vinte e sete mil, seiscentos e noventa reais) nos termos da cláusula Quarta. Vigência: 12 (doze) meses a partir de 15/08/2015 nos termos da cláusula terceira. Data de Assinatura: 12/08/2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA
DE OPERAÇÕES COMERCIAIS

AVISO DE LEILÃO

A CONAB realizará no próximo dia 21/08/2015, o leilão objeto do Aviso nº 127/2015 (21.600 unidades de sacaria de polipropileno nova 100 gramas). Para a habilitação e maiores informações, inclusive obter cópia do respectivo Aviso de Compra, os interessados deverão manter contato com as Superintendências Regionais da CONAB, bem como as Bolsas de Cereais de Mercadorias e/ou de Futuros credenciadas pela CONAB, cuja relação encontra-se disponível no portal www.conab.gov.br.

ELIAS CARVALHO DE CAMARGOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2015

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 11/06/2015 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Pessoa Jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e asseio e jardineiro/roçador/podador, nas instalações, bem assim nos bens móveis da Sede da SUREG/AM e da UA/MANAUAS, na cidade de Manaus/AM, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de todo o material de consumo necessário e dos equipamentos adequados à execução dos trabalhos, em conformidade com o TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, do Edital. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 13/08/2015 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Min. Mario Andreazza, 2196 Distrito Industrial - MANAUAS - AM. Entrega das Propostas: a partir de 13/08/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/08/2015, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOSE CARLOS MACHADO DOS SANTOS
Pregoeiro

(SIDE - 12/08/2015) 135045-22211-2015NE000006

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 1/2015

Sagrou-se vencedora do pregão eletrônico nº 01/2015 a empresa Nutricash Serviços Ltda - CNPJ nº 42.194.191/0001-10, pelo melhor lance de R\$ 65.851,48.

BRUNO MIGUEL RODRIGUES GUIMARÃES
Superintendente Regional

(SIDE - 12/08/2015) 135100-22211-2015NE000276

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

EXTRATO DE CONTRATO

- Processo Nº 21204.00077/2015-58 - Contrato Nº 077 /2015 - Contratante: Cia. Nacional de Abastecimento - CONAB - CNPJ 26.461.699/0108-10 - Contratada: Clínica Bernaldo Jurema S/A Ltda, CNPJ Nº 02.529.743/0001-89 - Objeto: Prestação dos Serviços profissionais de Radiologia em geral - Espécie: Licitação Inexigível - Fundamento Legal: Art. 25, Caput Lei nº 8.666/93 - Programa de Trabalho (Pres): 20.301.0352.004.0001 - Natureza Da Despesa: 33.90.39.50 - Vigência: 60 Meses a contar de 06/07/2015 a 05/07/2020 - Data da Assinatura: 06/07/2015 - Assinatura: Pela Contratante: Anastácio Jorge Rocha Fontelles, Superintendente Regional e João de Deus Carvalho de Almeida, Gerente de Finanças e Administração - Pelo Contratado: Dr. Bernaldo de Almeida Jurema - Diretor.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.